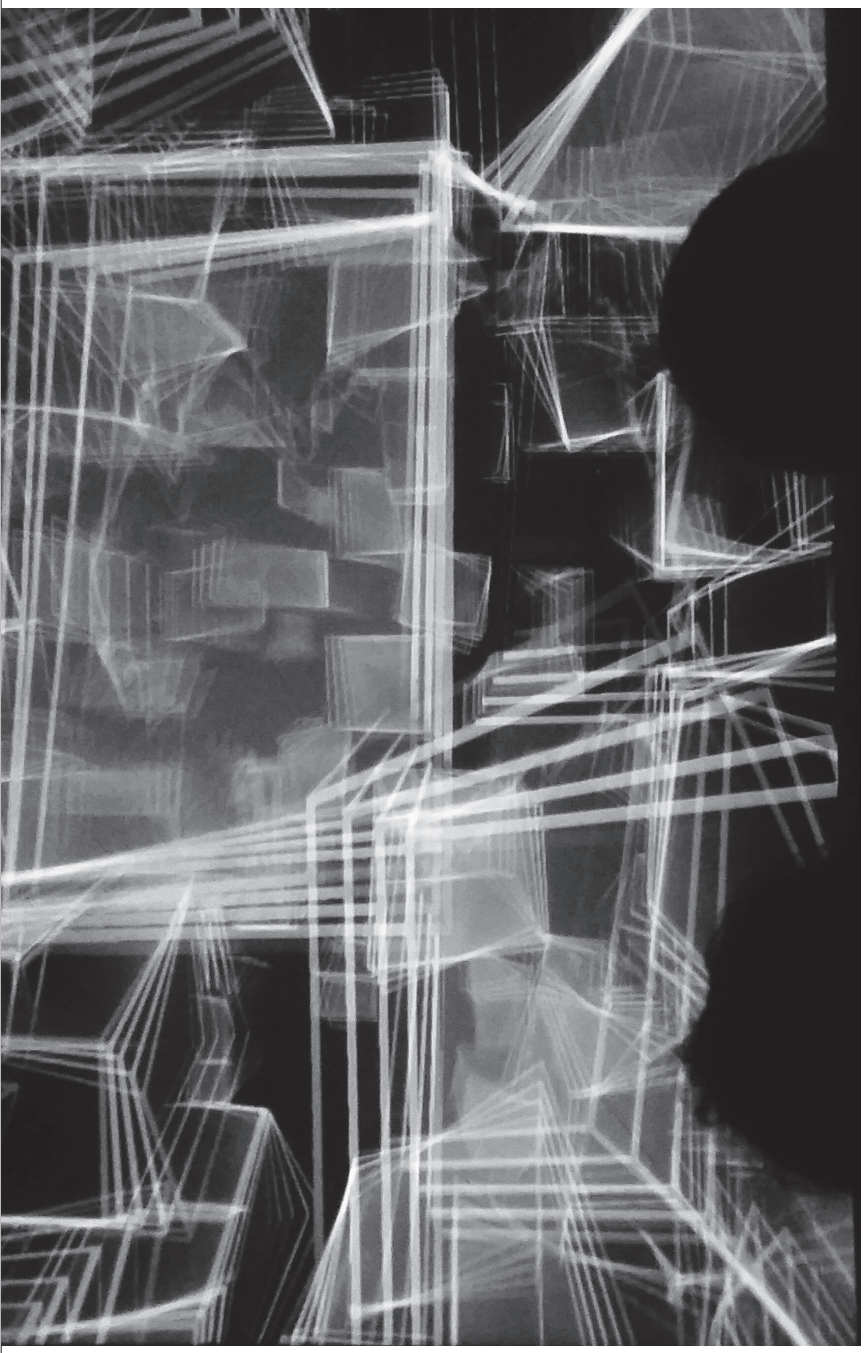
Efeitos da Arquitetura

Os impactos da urbanização contemporânea no Brasil



Organizadores

Vinicius M. Netto

Renato T. de Saboya

Júlio Celso Vargas

Thereza Carvalho

FRBH

Efeitos da Arquitetura

Os impactos da urbanização contemporânea no Brasil

Organizadores

Vinicius M. Netto
Renato T. de Saboya
Júlio Celso Vargas
Thereza Carvalho

Brasília, 2017

Publicado por

Conselho Editorial

Almir Reis (Universidade Federal de Santa Catarina)
Claudia Loureiro (Universidade Federal de Pernambuco)
Décio Rigatti (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Edja Trigueiro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Frederico de Holanda (Universidade de Brasília, Presidente)
Gabriela de Souza Tenorio (Universidade de Brasília)
John Peponis (Georgia Tech College of Architecture)
José Júlio Ferreira Lima (Universidade Federal do Pará)
Luiz Amorim (Universidade Federal de Pernambuco)
Margarita Green (Pontificia Universidad Católica de Chile)
Ruth Verde Zein (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Teresa Valsassina Heitor (Universidade Técnica de Lisboa)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Copirraite © 2017
Vinicius de Moraes Netto
Thereza Christina Couto Carvalho
Renato Tibiriçá de Saboya
Júlio Celso Borello Vargas

Capa e projeto gráfico: Cecília Jucá de Hollanda
Imagem da capa: Thereza Carvalho
Impressão e acabamento: Prol Editora Gráfica Ltda.
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Direitos para esta edição:
Frederico Rosa Borges de Holanda
Cond. Vivendas Colorado, Mod. J, Casa 1
73105-907 Brasília DF– Brasil
Tel: (0xx61) 34859824
Página da internet: http://www.fredericodeholanda.com.br
Endereço eletrônico: fredholanda44@gmail.com

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito de Frederico Rosa Borges de Holanda.

... supor a existência de algo ainda desconhecido
como forma de dar conta do visível,
e partir em busca desse 'algo' com os recursos
da ciência.

Renato Mezan
O Tronco e os Ramos, p. 482

SUMÁRIO

Introdução

Os efeitos multidimensionais da forma urbana

Vinicius M. Netto, Renato T. de Saboya, Júlio Celso Vargas e *Thereza Carvalho,* **9**

Parte I

Arquitetura, forma urbana e dinâmicas sociais

1. A cidade como resultado: consequências de escolhas arquitetônicas /*Vinicius M. Netto,* **25**

2. Fatores morfológicos da vitalidade urbana: uma investigação sobre a arquitetura e seus efeitos /*Renato T. de Saboya,* **51**

3. Forma urbana e transporte a pé: mobilidade, caminhabilidade, vitalidade... /*Júlio Celso Vargas,* **71**

Parte II

***Polis* e esfera pública: as condições urbanas da política do cotidiano**

4. Utopia no cotidiano: espaço público, desejo e fruição na formação da cidade /*Thereza Carvalho*, **93**

5. Lugares públicos: atravessamentos entre espaços livres e edificados, públicos e privados /*Eugenio Queiroga*, **115**

Parte III

Forma urbana e segurança pública

6. Perfis espaciais urbanos para avaliaçãode lugares vulneráveis ao crime /*Circe Monteiro* e *Rafaella Cavalcanti*, **137**

7. Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: efeitos de visibilidade na distribuição de ocorrência de crimes /*Mariana Vivan* e *Renato T. de Saboya*, **163**

Parte IV
Pobreza urbana: os efeitos da segregação e das novas soluções habitacionais

8. Em busca dos mecanismos relacionais nas redes sociais de indivíduos pobres /*Eduardo Marques*, **185**

9. Impactos de complexos habitacionais do PMCMV: mobilidade, diversidade do entorno e vida social /*Vinicius M. Netto, Roberto Paschoalino, Mirella Furtado, Julia Cantarino, Saulo Macedo e Maria Clara Moreira,* **199**

10. Nova política e velhos desafios: problematizações sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro /*Adauto Lucio Cardoso* e *Samuel Thomas Jaenisch*, **219**

Parte V
Cidade e Ambiente

11. Habitação de interesse social: relações entre o tipo arquitetônico dos empreendimentos e impactos ambientais /*Andrea Parisi Kern, Eduardo Reuter Schneck, Maurício Mancio, Marco Aurélio González, Marlova Kulakowski* e *Michele Ferreira Dias*, **239**

12. Impactos da produção da forma urbana sobre o meio ambiente /*Rita de Cássia Montezuma*, **259**

Parte VI
As responsabilidades da esfera normativa

13. O mundo das miudezas: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília /*Frederico de Holanda*, **279**

14. Por um Projeto de Cidade: perspectivas na esfera normativa /*Tiago Holzmann da Silva*, **295**

Notas, 307

Referências, 324

Currículo dos autores, 349

INTRODUÇÃO: Os efeitos multidimensionais da forma urbana

Vinicius M. Netto
Renato T. de Saboya
Júlio Celso Vargas
Thereza Carvalho

Livros importam? Um livro pode contribuir para mudar a realidade? No caso dos impactos da urbanização sobre questões sociais, ambientais, políticas e econômicas, a resposta precisa ser "sim". Um livro que aponte com clareza e bem amparado empiricamente o que está acontecendo nas cidades brasileiras precisa fazer diferença ao divulgar ideias e evidências e assim tocar "corações e mentes". Pode alimentar colegas em ensino e pesquisa e os profissionais envolvidos na decisão e produção urbana. Uma compreensão quem sabe tomada "aos corações" como motivação a uma *responsabilidade com os atos de construir*. Um livro cujas ideias façam sentido e façam provocações poderia contaminar práticas e as regras do jogo normativo. Um livro assim teria um papel de intensificar atenções e atuações. Buscamos aqui esse livro.

Mesmo em um momento marcado por questões urbanas de enorme visibilidade, como os movimentos de reapropriação política dos espaços públicos e as reformas urbanas decorrentes dos megaeventos, nossas cidades seguem sendo transformadas em seu tecido "de fundo" – o tecido da arquitetura comum, que constitui nossos bairros. Estamos presenciando, *mudos,* uma *transformação silenciosa do cotidiano urbano*. Há claramente um modelo arquitetônico fixado como unidade absoluta da forma urbana. Esse modelo tem trazido sinais de aprofundamento da *segregação* e da *racionalização* do espaço de modo mais penetrante que a onda de racionalização anterior, modernista, sintetizada em uma visão mecanicista da vida urbana.[1] Vemos hoje a penetração de uma lógica *antiurbana* – na forma de (i) interfaces controladas entre espaço construído e aberto, público e privado, via definição de (ii) tipos arquitetônicos que se afastam do espaço e da vida públicos, replicados em áreas urbanas inteiras;

uma lógica de segregação ao nível do lote, em edificações que amparam (iii) atividades focadas em públicos tipificados – mais que funcionalmente, socialmente – e separados dos demais.

Essa forma de construir cidade tem sido permitida e mesmo fixada sem a devida reflexão por regramentos urbanos. A ironia e a tremenda eficiência dessa lógica, como discutiremos neste livro, sob diversos pontos de vista, é que ela não é definida apenas de "cima para baixo" por instâncias de poder institucionalizado. Ela emerge de "baixo para cima", das atuações de produtores e consumidores de espaço, em um jogo que expressa tanto uma racionalidade estratégica quanto irracionalidades ligadas ao medo e à rejeição de alteridades, à vontade de diferenciação e à busca de satisfação a certos estilos de vida. Sinais desse processo de substituição da forma urbana se acumulam e hoje se tornam cada vez mais aparentes.

Ainda assim, os *impactos* desses padrões urbanos seguem em geral subestimados no Brasil – por governos, por grande parte da mídia, pelos profissionais atuando no mercado e mesmo no ensino.[2] Veremos neste livro que a reprodução desses padrões de urbanização tem fraturado a urbanidade,[3] enquanto define a paisagem da cidade brasileira.

Este livro tem origem em uma rede de pesquisadores engajados no tema, e em um encontro realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense em outubro de 2013, o *Simpósio Efeitos da Arquitetura: Impactos da Urbanização Contemporânea no Brasil*. Os ensaios aqui reunidos buscam mostrar as implicações que se manifestam hoje em nossas cidades e ambientes. Há, entre seus autores, uma expectativa em comum: a de que suas abordagens distintas contribuam na aproximação entre os atores com o papel de desenvolver conhecimento e aqueles com o papel de produzir a forma urbana, de definir normas e de simplesmente viver a cidade e dela usufruir. Em um contexto de carência de debates amplamente públicos sobre a cidade, e onde argumentos críticos são frequentemente descartados como "subjetivos", meras opiniões, reuniremos aqui abordagens sistemáticas e interpretações rigorosas aos impactos da urbanização no Brasil.

A fragmentação e padronização da paisagem urbana

Os modelos arquitetônicos e de urbanização que se replicam pelo país têm deixado marcas visíveis na forma de uma padronização da paisagem urbana, como alertará Rita Montezuma em seu capítulo sobre os processos de transformação do tecido de

nossas cidades. De fato, temos presenciado *mudanças em nossos contextos fortes o bastante para alterar o modo como usamos o espaço e vivemos a partir dele* – incluindo formas de construir que fragmentam espacialidades, dificultam a apropriação pedestre do espaço público, induzem a dependência veicular; modos de urbanização que frequentemente ignoram o contexto biofísico, com altos custos ambientais e sociais. Esses processos de urbanização e sua tipologia têm ocorrido literalmente em escala nacional, de Belém e Natal a Porto Alegre, em cidades de diferentes portes (Figura 1).

É portanto um problema de amplitude nacional: apesar de os efeitos da arquitetura merecerem atenção em qualquer contexto, temos visto no país como um todo a acelerada substituição e produção de tecidos urbanos a partir dessa configuração de edifícios isolados, que se desconectam de seus entornos e do espaço público. Sabemos que, se a cidade forma qualquer espécie de tecido, é esse tecido

(a)

(b)

(c)

Figura1. Padrões de urbanização recentes no Brasil: Rio de Janeiro (a), Natal (b) e Campo Grande (c). (Fonte: Google Street View; Renato Saboya.)

construído que constitui e estimula a vida urbana, iniciando pela presença das pessoas no espaço público. Historicamente, mantivemos esse tecido *contínuo* na forma de quarteirões e bairros relativamente compactos, capazes de oferecer as atividades em que nos envolvemos próximas entre si – um suporte para a vida social e microeconômica mesmo fora dos centros urbanos. Mas nas últimas décadas, o padrão imobiliário mudou. Como coloca Gehl, pela primeira vez na história da humanidade cidades não são construídas como conglomerações de espaços urbanos, mas como edificações individuais. Enquanto as cidades do passado foram construídas pelo acréscimo de novas edificações justapostas ao longo de espaços públicos, as novas áreas urbanas são com frequência agrupamentos de edifícios isolados entre estacionamentos.[4] Esses edifícios isolados não constroem tecido – e falham em dar suporte ao pedestre e à apropriação do espaço público.

Entendemos que as consequências da fragmentação e homogeneização da paisagem urbana identificada pelos autores deste livro não são acidentais: são demandas tanto sob o ponto de vista da *produção* quanto da *demanda* por edificação. No primeiro caso, vemos a tendência de produção informada por técnicas de *marketing* que geralmente operam em torno de tipificações de perfis de consumidores e seus anseios mais frequentes, colhidos a partir de pesquisas com nichos pré-categorizados de acordo com classe, renda e estilo de vida. No segundo caso, essas preferências por espaço expressam o que Richard Sennet chama de "tendências de isolamento na política das identidades"[5] que vemos em motivações inconscientes, como as escolhas amparadas no medo, insegurança e status; e

também em motivações conscientes, quando atores evocam abertamente suas razões, como a preferência por um tipo de vizinhança ou estilo de vida. Produção e demanda expressam forças complementares, reproduzidas estrategicamente pelos atores urbanos em suas diferentes posições e pontos de vista.

Não poderemos descrever nesta **Introdução** esse processo complexo, mas podemos apontar suas manifestações urbanas. Vemos uma *microrracionalização* que se enraíza espacialmente, moldando os elementos fundamentais da forma urbana brasileira – o edifício, o lote, o quarteirão.[6]

A microrracionalização se estende à *independência prática e funcional dessas edificações em relação a seus entornos*. Apesar de não necessariamente constituírem zoneamentos rígidos, esses edifícios orientados exclusivamente para funções e públicos específicos parecem produzir fluxos de movimento desligados dos fluxos mais diversos das pessoas no espaço urbano. Essa relativa independência espacial e funcional da edificação em relação ao espaço público leva facilmente a formas profundas de segregação. Ao desestruturar espacialmente as motivações ao uso pedestre desses entornos rarefeitos e monofuncionalizados, temos um espaço homogeneizante, livre da mistura complexa de identidades distintas. Temos um espaço eficiente na *restrição do contato entre os diferentes*.[7] Mesmo com a crítica sistemática de Jacobs, Lefebvre e Sennett desde os anos 1960 e 1970, vemos no Brasil formas mais *microscópicas* e sofisticadas de racionalização e controle, emergentes das visões parciais de produtores e consumidores de espaço.[8]

Mas não podemos dizer que esses padrões edificados controlados funcionalmente via táticas espaciais e tecnológicas como o uso de afastamentos, grades, muros e câmeras de vigilância consistem num "espaço produzido contra a sociedade". Eles são produzidos inicialmente de acordo com a visão de produtores especializados do espaço, pautados por certos critérios. Esses critérios são geralmente focados em riscos de investimento. Levam à concepção de "produtos arquitetônicos" que atinjam uma demanda certa – nesse caso, a demanda por segurança, por estilos de vida voltados ao privado, e ao controle da interação aos socialmente similares.

Veremos neste livro que a forma urbana tem sido moldada por uma *lógica autorreferente*, que pauta a ação do produtor e do consumidor de arquitetura sem atenção a suas implicações quanto ao contexto social, urbano e ambiental mais amplo. Essa lógica de produção da forma urbana segue em geral confortável em ignorar seus impactos na continuidade da cidade e seu meio biofísico. Entretanto, os princípios autorreferentes nessa escala de dominância não são suficientes para pautar uma dinâmica urbana complexa. Eles não respondem a questões mais amplas, como aquelas de teor social (como a relação entre espaço, diversidade e urbanidade) e ambiental (os

impactos de padrões sobre o território), e mesmo a questões mais pragmáticas como o desempenho da forma urbana, iniciando pelos custos impostos pela forma sobre a microeconomia, a demanda de energia, a infraestrutura, o consumo de recursos, ou sobre a saúde e a segurança públicas.[9] A produção da forma urbana parece prisioneira de uma *circularidade da lógica da padronização*. O resultado é o afastamento entre produção privada e preocupação pública com esses processos. Temos a conquista da cidade por uma *lógica homogeneizante* que se distancia da diversidade de atores e expressões contextuais.

Um dos principais desafios que temos é o de reconhecer a cadeia de desdobramentos dessa lógica. Infelizmente, as implicações negativas desses padrões só se tornam visíveis quando acumuladas, como na forma de áreas esvaziadas de pedestres, monofuncionalizadas, socialmente homogêneas, sem caminhabilidade. Mesmo reconhecendo esses problemas, nossa cultura perde de vista suas *causas*. Perdemos a trilha de efeitos da forma urbana porque não costumamos pensar que a forma possa ter implicações de ordem social e ambiental. Algo que capítulos neste livro apontam é que devemos estar certos de uma coisa: uma vez construída, a forma de ocupação do território *terá efeitos* – efeitos silenciosamente ativos e sentidos por décadas, quer os reconheçamos ou não. E aqui nos deparamos com um dos problemas basilares em todo esse processo: a *escassez de conhecimentos* sobre as consequências urbanas, sociais e ambientais desses padrões.

O *status* da pesquisa urbana no Brasil

É preciso iluminar com teoria.
Fred Holanda[10]

O campo de estudos das relações entre cidade, sociedade e ambiente é jovem. Essa juventude parece refletir o *status* da disciplina a ele associada, arquitetura e urbanismo. Como uma extensão de dificuldades epistemológicas, a área parece marcada por uma espécie de *ansiedade normativa* da intervenção, certa impaciência com o cuidado e o tempo necessários para entender os fenômenos em jogo. Há uma relação ainda problemática entre prática e pesquisa. A dicotomia fica aparente no entendimento do planejamento e do projeto como campos livres das "abstrações" da teoria, bem como nas impressões de isolamento da teoria em relação às urgências da prática e de pouca aplicabilidade do saber científico. Mesmo que essas impressões possam revelar uma demanda por teorias capazes de respon-

der a desafios empíricos, elas também implicam desqualificação do saber. Temos um afastamento entre prática (de planejamento e de projeto) e conhecimento; entre instituições de produção e decisão e a academia como ator de produção de conhecimento.[11]

Nesse cenário difícil, vemos também "contramovimentos", como a recepção crescente à ideia de "efeitos" da forma urbana. A ideia de efeitos de coisas sobre outras é comum em outras disciplinas, mas apenas recentemente vem sendo explorada com mais força em nosso campo no Brasil – iniciando por estudos dos impactos sociais e ambientais da edificação, antes limitados ao estético e perceptivo. Em tempos de receios pós-modernos com a ideia da causalidade e ênfases no papel da complexidade e da contingência, vemos movimentos de pesquisa procurando reconhecer as implicações da materialidade que nos escaparam no passado. O que estamos buscando agora, no debate brasileiro, é olhar para aspectos fundamentais das cidades de modo a reconhecer essas relações elusivas como *vivas*.

Portanto, o objetivo mais importante deste livro é reafirmar a existência dos "efeitos da arquitetura" e da forma urbana, e *consolidar este campo de pesquisa* no país, na forma de um *conceito finalmente bem estabelecido enquanto estrutura teórica e empírica*. Desejamos também instalar o problema como parte do *senso comum* de arquitetos, urbanistas, planejadores, geógrafos, profissionais envolvidos na produção imobiliária e das pessoas de modo geral. Esse esforço incluiu a produção de um documentário, "Arquitetura e o Ballet da Rua", com milhares de visualizações e lançado em todo o país, como meio de trazer a discussão e achados de pesquisa a um público mais amplo.[12] Desejamos estimular a atenção à arquitetura e à forma urbana como parte do modo como vivemos. Entendemos que essa é a força das ênfases e dos *nomes*: quando coisas e relações ganham nomes, elas passam a existir conscientemente em nossas visões e práticas. Uma das aspirações deste livro é a de contribuir para tornar esse termo e esse tema mais comuns no ensino e no ofício da arquitetura, do urbanismo, da geografia e das demais disciplinas ligadas à questão urbana.

Daí o papel destes ensaios focados em elementos distintos dessa trama de relações urbano-sociais-ambientais. Entre as coisas que aproximam seus autores estão os *fios* dessa trama: sinais de que *o espaço urbano importa* para os modos como vivemos e para o nosso meio. Vivemos constantemente essas relações. Nesse espírito, os estudos aqui reunidos não buscam trazer conclusões definitivas, mas afirmar a *urgência por mais pesquisa sistemática*. Ainda temos com frequência no Brasil pesquisas amparadas em suposições e premissas assumidas mas não inteiramente examinadas, ao invés de *proposições* colocadas de modo a serem investigadas e checadas

empiricamente. Vemos com frequência explicações baseadas em paradigmas que antecipam inteiramente as respostas, em uma espécie de confirmação *ex ante*: as respostas encontradas não fogem às premissas definidas *a priori* pelo paradigma adotado. Ainda vemos com frequência proposições que não estão abertas ao próprio erro, e terminam por levar a conclusões tidas como definitivas. Trabalhos assim trazem limitações quanto ao que o *esforço da pesquisa* significa enquanto investigação *aberta* aos fenômenos em questão e às surpresas que possam estar neles contidas.

Entendemos que o exercício da pesquisa tende a oferecer uma compreensão mais rica de um fenômeno em questão quando ela busca *colher traços de implicações e relações amplas, irrestritas*. Paradigmas e procedimentos que não permitem essa abertura total ao problema de pesquisa e suas possíveis surpresas, e que contêm em si a fórmula do resultado final, correm o risco de não reconhecerem aspectos novos que possam estar ativos no problema. Por mais que seu teor faça sentido, poderão ser acusados justamente de *pré-determinados* e fechados às complexidades do fenômeno em questão. Naturalmente, a pesquisa deve servir de suporte à *crítica* – como muitos dos trabalhos neste livro mostrarão. Mas entendemos que a crítica a partir da pesquisa aberta aos aspectos que vierem a emergir tenderá a ser mais contundente no debate e útil para a mudança da prática. Portanto, se quisermos ir além das conclusões apriorísticas e circulares, precisamos aprofundar nossas análises. Precisamos "manter a mente aberta" em relação a nossas impressões e hipóteses, inclusive para seu erro.[13] Um dos interesses neste livro é trazer trabalhos que busquem interpretar as relações que constituem o fenômeno em pesquisas sistemáticas abertas a sua complexidade.

O *status* de campo de pesquisa jovem também parece se mostrar na divisão ainda vista por alguns como aparentemente irreconciliável entre abordagens *qualitativas* e *quantitativas*, entre outras tensões insuficientemente discutidas. A partir da rejeição da revolução quantitativa na geografia, nos anos 1970, o uso de recursos quantitativos para entender a natureza e lugar do espaço na ontologia de relações à nossa volta foi fortemente questionado também nos estudos urbanos. Essa rejeição hoje tornada *a priori* por parte dos pesquisadores no Brasil parece decorrer de temores de uma redução do *simbólico* e do *experiencial* ao meramente *físico*, e a uma rejeição de tudo o que não é visível e mensurável como sendo inexistente ou irrelevante por parte de abordagens que se valem de recursos quantitativos. Esses temores são frequentemente justificados: abordagens positivistas tendem de fato a incorrer nessas reduções. Entretanto, também entendemos haver uma limitação nessa rejeição apriorística.

Tais impressões são baseadas na dificuldade em reconhecer aspectos que, por sua natureza, não podem ser capturados completamente pela linguagem verbal.

Sabemos que a linguagem verbal é poderosa quando se trata de definir significados, tais como as qualidades de algo. Mas o léxico de palavras disponíveis para tratar de problemas onde as *intensidades* importam é surpreendentemente limitado: termos como "muito" ou "pouco" são vagos e em pequeno número. Há ainda uma dificuldade natural da linguagem verbal, inerentemente linear, em capturar a complexidade de *relações* que frequentemente estão em jogo em fenômenos urbanos e são fundamentais para que possamos entendê-los. Relações que constituem e envolvem fenômenos podem se realizar simultaneamente em muitas direções e temporalidades. Essas relações podem formar tramas impossíveis de serem traduzidas na linearidade absoluta da palavra e do texto, devido à natureza sequencial da fala e da escrita.

O problema é que as propriedades do urbano, do social e do ecossistêmico apresentam com frequência questões de intensidade e de relações complexas (espacialmente, temporalmente, contextualmente etc.). Por isso, precisamos de outras linguagens, que emergiram historicamente justamente para que possamos operar cognitivamente para além das bordas do verbal. É importante entender que essas outras linguagens são tão *humanas* quanto a verbal. Sua rejeição é resultado da aparente crença em uma capacidade ilimitada da linguagem verbal em capturar e traduzir fenômenos. Entretanto, essa crença é tão reificante quanto as formas de uso absolutizantes das abordagens quantitativas. É preciso evitar a reificação de qualquer forma de linguagem – verbal, gráfica ou numérica – e evitar o erro de subestimar uma linguagem pelo suposto privilégio epistemológico de outra. Precisamos lidar com as complementaridades entre elas – e *superar de vez a dicotomia entre o qualitativo e o quantitativo* – se desejamos entender um fenômeno complexo como o urbano e sua teia de implicações.[14]

A importância da busca por evidências como suporte à crítica

Entre análises empíricas e interpretações rigorosas, os ensaios neste livro buscam discutir – por diferentes vias – o que está acontecendo em nossas cidades no Brasil. Naturalmente, ao falarmos de um livro também interessado em reunir evidências dos efeitos da forma urbana em diferentes planos e escalas, estamos tocando questões controversas. Eugênio Queiroga, em nosso debate durante o simpósio, apontou para o problema da impossibilidade de sempre encontrarmos evidências para problemas que podem escapar das possibilidades de captura empírica – como a dimensão simbólica, política ou ética. Ele está certo. Trata-se de um debate longo, sobre o qual não poderemos fazer mais do que tentar estimular neste momento.

Uma primeira questão envolveria a definição do que é "empiricamente verificável". Uma segunda questão é se uma asserção que não possa ser verificada empiricamente deixaria de ter relevância. Estaríamos afirmando a verificação como critério último para a definição do que é ou não é conhecimento válido, ignorando o aviso do epistemólogo Peter Winch de que "para empiricistas, todas as afirmações sobre a realidade devem ser empíricas ou elas são infundadas"?[15]

Certamente esta não é nossa posição. Fenômenos urbanos e ambientais envolvem dimensões além da observação, e que podem de fato impossibilitar o confronto empírico e a verificação. Ao mesmo tempo, reconhecemos a possibilidade de que, como sugere Bruno Latour, quando atores e entidades atuam e processos se desdobram, mesmo elusivos em si, eles deixam *traços*[16] – traços que podem ser encontrados e traduzidos através de linguagens (verbal, gráfica ou matemática). Entendemos que uma asserção não perde significado, se puder indicar condições relevantes para entendermos a existência daquilo que evoca.[17] A ênfase na necessidade de estudos empíricos sistemáticos não significa suspender a necessidade de abordagens interpretativas.

Este livro traz um balanço entre abordagens ancoradas em estudos empíricos e abordagens interpretativas, críticas e propositivas, como veremos em alguns dos capítulos focados em políticas e no planejamento do espaço urbano. Entretanto, dificilmente poderíamos ignorar que conhecimentos acerca da realidade se sedimentam ao se confrontarem com o desafio da demonstração empírica. Ao serem derivados do empírico, eles também poderão amparar novos estudos com mais segurança, permitindo que se possa apoiar conhecimento sobre conhecimento. Poderão ainda amparar com mais segurança proposições sobre o problema. A *mera suposição* a respeito de um problema de outro modo passível de investigação empírica perde a chance de chegar a uma construção mais consistente e confiável.

Alguns cuidados epistemológicos poderiam nos levar a romper com certas fragilidades teóricas e metodológicas de parte da produção em pesquisa em nosso contexto. A aspiração deste livro inicia com essa urgência de *aproximarmos análises empíricas e abordagens críticas*, de modo a oferecermos diagnósticos mais precisos dos problemas que enfrentamos hoje em nossas cidades.

As contribuições

Este livro reune interpretações e evidências das relações entre forma e dinâmica urbanas e ambientais, construídas a partir de diferentes abordagens e epistemologias, reunindo resultados de pesquisa, ensaios críticos e posicionamentos teóricos. Os capítulos são

expansões das comunicações que ocorreram durante as trocas que lhes deram origem, tendo sido revisados de acordo com a leitura dos organizadores do livro e do comitê científico da editora. Eles são brevemente introduzidos abaixo, em torno de alguns eixos temáticos. Essa estrutura se refere a dimensões dos efeitos de padrões de urbanização, além de resgatar os eixos do próprio simpósio que deu origem ao livro.

Arquitetura, forma urbana e dinâmicas sociais. A primeira parte do livro traz ensaios que tratam o espaço urbano como condição de apropriação e vida social, fazendo uso de análises capazes de diferenciar as influências de fatores da configuração espacial sobre dinâmicas sociais, focadas no momento da reprodução. É importante destacar que não se trata de ignorar as forças sociais que dão *origem* a essas configurações, que naturalmente constituem o problema e precisam ser fortemente discutidas. Trata-se de suspender metodologicamente essa dimensão de modo a focar "no outro lado da moeda", os impactos da configuração, e identificá-los com precisão no espaço de um capítulo. Netto explora as *consequências silenciosas* de escolhas arquitetônicas, demostrando em estudo empírico no Rio de Janeiro a seriedade dos efeitos que coisas aparentemente independentes como edifícios passam a ter quando agregados em complexos na forma de bairros ou cidades – em "A cidade como resultado". Em "Fatores morfológicos da vitalidade urbana: uma investigação sobre a arquitetura e seus efeitos", Saboya e colegas investigam a hipótese da relação entre uma diluição da forma urbana a partir de um tipo arquitetônico hoje predominante na produção urbana e a *diluição da apropriação do espaço*, buscando evidências dos impactos dos padrões de urbanização sobre a vitalidade de áreas em Florianópolis. Explorando essas questões em "Forma urbana e transporte a pé: mobilidade, caminhabilidade, vitalidade...", Vargas confronta abordagens urbanas e abordagens oriundas dos estudos do transporte ao discutir *a vitalidade como efeito da forma urbana*, a partir de estudos empíricos em Porto Alegre.

Polis e esfera pública: as condições urbanas da política do cotidiano. A segunda parte do livro reúne análises interpretativas da relação entre espaços construídos e livres, privados e públicos onde a esfera pública constantemente se constitui. Em "Utopia no cotidiano: espaço público, desejo e fruição na formação da cidade", Thereza Carvalho discute as ricas relações entre vitalidade, identidade e as condições da indiferença – e seu oposto, o reconhecimento do outro – no espaço como constitutivo da esfera pública, explorando lugares em Lisboa, Portugal, e em cidades no Brasil. Eugenio Queiroga oferece uma estrutura conceitual e um conjunto de leituras de situações concretas para entendermos as relações entre espaços

livres, espaço público e esfera pública, enquanto trata da importância dos "Lugares públicos: atravessamentos entre espaços livres e edificados, públicos e privados" como aspectos da esfera pública *política* e a da esfera pública *geral*.

Forma urbana e segurança pública. Nesta seção, o livro traz pesquisas sobre as implicações da forma urbana e as condições da segurança urbana investigadas por meio de análises quantitativas. Naturalmente, tratar o problema da *oportunidade* do crime não é suficiente diante das condições de produção da violência e criminalidade, fortemente ancoradas na pobreza e desigualdade. Contudo, a dimensão da reprodução da violência tem importância por tratar da condição espacial da *materialização* das oportunidades do crime, um problema no qual a arquitetura e a constituição do espaço urbano se tornam ativas. É nessa dimensão que esses dois trabalhos focam, no esforço de idenficar fatores associados à maior insegurança. Circe Monteiro e Rafaella Cavalcanti nos trazem análises inovadoras da "Dinâmica socioespacial, morfologia e segurança nas atividades noturnas em Recife" para acentuar a importância da pesquisa das *condições contextuais* da segurança no espaço público. Mariana Vivan e Renato Saboya exploram as condições das interfaces arquitetônicas e do espaço público em "Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: efeitos da visibilidade na distribuição da ocorrência de crimes" em Florianópolis. Ambos os trabalhos problematizam generalizações existentes e mostram a complexidade de fatores espaciais que podem estar ora ativos, ora inativos, dependendo de sua condição relacional ou contextual.

Pobreza urbana: os efeitos da segregação e das novas soluções habitacionais. A quarta seção do livro explora as relações entre segregação, diferenças de renda e seus impactos sobre populações. Eduardo Marques aproxima dois campos de pesquisa – o da *segregação espacial* e o da *análise de redes sociais* presenciais na investigação da sociabilidade – no capítulo "Em busca dos mecanismos relacionais nas redes sociais de indivíduos pobres," de modo a identificar a segregação espacial e da composição das redes sociais pessoais como parte das múltiplas causalidades na reprodução da pobreza urbana, com estudos em São Paulo e Salvador. Vinicius Netto et al. estudam os efeitos da localização urbana e da configuração de complexos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) sobre a sociabilidade e o comportamento espacial de moradores no Rio de Janeiro, em "Impactos de complexos habitacionais do PMCMV: Mobilidade, diversidade do entorno e vida social". Finalmente, Adauto Cardoso e Samuel Jaenisch fazem uma reflexão ampla sobre a inserção política e econômica do PMCMV e os des-

dobramentos de suas soluções habitacionais em "Nova política e velhos desafios: problematizações sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro".

Cidade e ambiente. Esta parte traz as implicações ecossistêmicas da forma e da dinâmica urbanas, das externalidades ambientais negativas da expansão urbana sobre tecidos bióticos ao desempenho da edificação quanto ao consumo de materiais e seus impactos ambientais. Andrea Kern *et alii* nos mostram em "Habitação de interesse social: relações entre o tipo arquitetônico dos empreendimentos e impactos ambientais" que as implicações ecossistêmicas se iniciam já no processo da *construção*, ao focarem nos diferentes desempenhos de edifícios quanto ao consumo de materiais, energia e emissões de CO_2. Rita Montezuma faz uma densa leitura das implicações ecossistêmicas da urbanização, identificadas empiricamente, em "Impactos da produção da forma urbana sobre o meio ambiente".

As responsabilidades da esfera normativa. A seção final do livro discute a fixação de padrões urbanísticos e arquitetônicos marcados pela ausência de atenção às consequências desses padrões sobre as dinâmicas cotidianas da cidade. Frederico de Holanda faz um apanhado de observações empíricas em "O mundo das miudezas: plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília", apontando as relações entre políticas urbanas, aspectos da forma e vida social na Capital Federal. Finalmente, Thiago Holzmann explora os problemas de uma legislação pautada em uma visão pouco sistêmica da arquitetura e do urbanismo, a atuação do profissional nesse contexto, e as alterações normativas necessárias para a atenção aos efeitos sociais e ambientais da cidade, em "Prospectos nas esferas normativa e profissional".

* * *

Este livro ainda marca alguns fatos. Foi baseado em um evento que celebrou os dez anos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF, apoiado na figura dos coordenadores José Pessôa e Fernanda Furtado, na secretaria do Programa e no trabalho de Angela Carvalho, bem como pela Pró-Reitoria de Pesquisa. O evento foi viabilizado pelo time de organização – Mirella Furtado, Julia Cantarino, Maria Clara Moreira, Taiana Millward e Maíra Pinheiro. Agradecemos ainda aos participantes que se tornaram autores deste livro, por terem tomado o tempo de empenharem-se em um debate sobre temas que nos aproximam e por terem aguardado pacientemente a conversão dos seus trabalhos no objeto do livro. O simpósio foi imaginado entre Vinicius M. Netto, Renato Saboya e Julio Vargas. Na UFF, encon-

tramos suporte em Thereza Carvalho, no Departamento de Urbanismo. Contamos ainda com o apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RJ) na gestão do Presidente Sydnei Menezes, e da Fundação Konrad-Adenauer, nas figuras de Diretor Felix Dane e da Coordenadora de Projetos Kathrin Keller. A todos os envolvidos e a nosso editor Frederico de Holanda, nosso imenso agradecimento.

* * *

Este é o livro que oferecemos. Podemos agora retornar à pergunta inicial: *livros importam?* Um livro pode contribuir para mudar a realidade? Se "agir significa que algo muda no mundo", como diz Jürgen Habermas, e se o agir tem qualquer conexão com a ideia e com a palavra, não há nada como o livro. O esforço na produção de um livro é um esforço para ampliar nossos efeitos no mundo.

Currículo dos autores

Adauto Lucio Cardoso. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor associado do Insituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Observatório das Metrópoles. Tem experiência na área de Planejamento Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: Política Habitacional, Instrumentos de Regulação do Uso do Solo Urbano. **adcard.cardoso@gmail.com**

Andrea Parisi Kern. Engenheira Civil, graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com Mestrado e Doutorado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos nos cursos de graduação em Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas na área de construção civil, com ênfase em Gerenciamento e Economia das Construções e Sustentabilidade. Os trabalhos recentes versam sobre habitação de interesse social, impactos ambientais e o ambiente construído, certificação ambiental e gerenciamento de resíduos de construção. **https://unisinos.academia.edu/AndreaKern**

Circe Monteiro. Professora Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Unversidade Federal de Pernambuco. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE (UFRJ) e doutora em Sociologia Urbana pela University of Oxford. Research fellow na Bartlett School of Architecture (UCL, London) e visiting professor na Faculty of Architecture da University of Sydney, Austrália. Coordenadora do INCITI/UFPE e do Projeto do Parque Capibaribe no Recife. Linhas de pesquisas: avaliações de espaços públicos, analises transculturais da experiência de moradia, metodologia de perfis espaciais urbanos, criminalidade e mapeamento de crimes, além de outros estudos sobre arquitetura, morfologia e cultura urbana. **monteiro.circe@gmail.com**

Eduardo Marques. Possui graduação em Engenharia Civil (EE/UFRJ), especialização em saúde pública (ENSP/FIOCRUZ), mestrado em Planejamento Urbano e Regional (IPURR/UFRJ) e doutorado em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp). É professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da USP, pesquisador e vice-diretor do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e pesquisador de Produtividade CNPQ 1B. Atualmente, é Presidente do RC-21 da International Sociological Association (2014/2018),

trustee da FURS – Foundation for Urban and Regional Studies (Inglaterra), membro do Conselho Estratégico da Escola Urbana da Sciences Po e editor correspondente da revista IJURR. Pesquisa políticas públicas, em especial políticas urbanas, de habitação, de infra-estrutura e de saúde, assim como temas relacionados com cidades, como segregação, pobreza urbana, favelas, precariedade habitacional e desigualdades sociais. **https://politicadourbanocem.wordpress.com**

Eduardo Schneck. Arquiteto e Urbanista (FAU-Unisinos) e Mestre em Engenharia Civil (PPGEC-Unisinos). Professor na Universidade Feevale, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Superior de Tecnologia em Design de Interiores. Coordenador do curso de Especialização em Projetos de Arquitetura de Interiores. Atua nas áreas de pesquisa de construção civil, sustentabilidade, economia da construção e qualidade do ambiente construído, com ênfase nas decisões projetuais e seus impactos no desempenho das edificações. Tem experiência na área de projetos arquitetônicos comerciais e residenciais, arquitetura de interiores, planejamento, gerenciamento e execução de obras, atuando também em escritório próprio. **eduardoschneck@gmail.com**

Eugenio Queiroga. Possui graduação, mestrado, doutorado e livre-docência pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professor Associado da FAU USP, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU USP. Presidente da Comissão de Pesquisa da FAU USP. Vice-coordenador do Lab QUAPÁ da FAU USP e vice-coordenador do Grupo de Pesquisa Quadro do Paisagismo no Brasil. Integrante da Coordenação da Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL. Vice-coordenador do Projeto Temático de Pesquisa "Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação". Possui experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em projetos de espaços livres públicos e os temas: paisagismo, sistemas de espaços livres, urbanização contemporânea, espaços públicos e esfera pública. **queiroga@usp.br**

Frederico de Holanda. Arquiteto (UFPE). Doutor em Arquitetura (Universidade de Londres). Professor Titular, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, onde ministra desde 1972. Livros: *O Espaço de Exceção* (2002), *Arquitetura & Urbanidade* (organizador) (2003, 2011), *Brasília – Cidade Moderna, Cidade Eterna* (2010), *Oscar Niemeyer: De Vidro e Concreto* (2011), *Ordem e Desordem: Arquitetura e Vida Social* (organizador) (2012), *10 Mandamentos da Arquitetura* (2013, 2015). Investiga relações entre configuração edilícia e urbana, uso dos espaços abertos públicos, e segregação socioespacial. Coordena o grupo "Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização" (Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq). É consultor de agências de fomento do Brasil e do exterior e Pesquisador 1A do CNPq. **www.fredericodeholanda.com.br |https://brasilia.academia.edu/FredericoHolanda**

Júlia Cantarino. Arquiteta e Urbanista, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF). Bolsista do projeto de análise de desempenho de Complexos do Programa MCMV (MCidades/CNPq, Unisinos-UFF), atua no tema microeconomia e condições da diversidade urbana. **juliacantarino@hotmail.com | https://uff.academia.edu/JuliaCantarino**

Júlio Celso Vargas. Arquiteto e Urbanista, Professor Adjunto do Departamento de Urbanismo da UFRGS, com mestrado em Planejamento Urbano e Regional e doutorado em Engenharia de Transportes pela mesma instituição, com estágio Capes no Urban Form Lab da Universidade de Washington, EUA. Autor de diversos artigos publicados em periódicos e anais de Congressos, dedica-se ao tema da mobilidade urbana, conduzindo pesquisas sobre o transporte não motorizado com o uso de geoinformação e modelos computacionais. Integra o Grupo de Pesquisa e Extensão "Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades" e atua junto ao NTU/UFRGS – Núcleo de Tecnologia Urbana – na assessoria de planejamento urbano e mobilidade. j**celso@arqs.com**

Marco Aurélio González. Doutor em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduação em Engenharia Civil e em Ciências Jurídicas e Sociais, bem como mestrado em Engenharia Civil pela mesma Universidade. É professor Adjunto II na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, atuando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (PPGEC), no Mestrado Profissional de Arquitetura e Urbanismo (MPArqUrb), e nos cursos de graduação em Engenharia Civil e Arquitetura. Atua na área de Economia e Gerenciamento da Construção, em análise econômica e planejamento da construção, desempenho e construção sustentável, processo de projeto e avaliação de imóveis (geração de modelos de formação de preços para análise de mercado através de inferência estatística e técnicas de inteligência artificial).

Maria Clara Moreira. Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense. Colaboradora do projeto de análise de desempenho de Complexos do Programa MCMV (MCidades/CNPq, Unisinos-UFF), foi bolsista pelo Programa Ciência sem Fronteiras na New York Institute of Technology (NYIT). **maclara.moreira@gmail.com**

Mariana Vivan. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (2009), pós-graduação em em Arquitetura Bioclimática e Sustentável pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (2011) e mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, onde estudou as relações entre a ocorrência de crimes e a visibilidade entre as edificações e o espaço público. Atua na construção civil com coordenação de projetos e acompanhamento de obras. **marivivan_@hotmail.com**

Marlova Kulakowski. Engenheira Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Snos (Unisinos), Mestre em Engenharia pelo Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil (CPGEC/NORIE) e Doutora em Engenharia pelo Programa de Pós-Graduação em Minas, Metalúrgica e de Materiais (PPGEM/UFRGS). É Professora Adjunto II da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, atuando nos cursos de graduação de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, bem como no Programa de Pós-Gradução em Engenharia Civil, com ênfase em resíduos, reciclagem, gerenciamento de RCD, durabilidade, concreto, argamassas, carbonatação, materiais cimentícios suplementares, adições e aditivos. Também atua em pesquisas na área de avaliação ambiental de materiais e componentes construtivos.

Maurício Mancio. Possui graduação e mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutorado em Engenharia Civil e Ambiental pela Univesrity of California, Berkeley, no grupo SEMM (Structural Engineering, Mechanics and Materials), com sub-áreas em Ciência dos Materiais e Geofísica Aplicada, e pós-doutorado também pela UC Berkeley, tendo sido pequisador visitante no LBNL (Lawrence Berkeley National Laboratory). É professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (PPGEC) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Foi ainda pesquisador associado na UC Berkeley e pesquisador visitante e professor colaborador no Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação – PPGEC/UFRGS. Tem ênfase no desenvolvimento de novos materiais estruturais mais duráveis e ambientalmente corretos.

Michele Ferreira Dias. Doutorado em Engenharia Civil em andamento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Engenharia Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora auxiliar na Universidade do Vale do Rio dos Sinos atuando nas áreas de computação gráfica para arquitetura e desenho técnico. Atua em pesquisas na área de geração e minimização de resíduos de construção e demolição e possui interesse em estudos voltados a minimização dos impactos ambientais ocasionados pela construção civil que empregam a ACV – Avaliação do Ciclo de Vida como ferramenta de avaliação. Tem experiência em áreas da Engenharia Civil, como estruturas de concreto e plano de prevenção contra incêndio (PPCI).

Mirella Furtado. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF). Atuou como estagiária na área de geoprocessamento da diretoria de informação da cidade (DIC) no Instituto Pereira Passos – IPP no Rio de Janeiro. Bolsista no projeto de análise de desempenho de Complexos do Programa MCMV (MCidades/CNPq, Unisinos-UFF), atua no tema mobilidade urbana, segregação em redes e capital social.
furtadomirella@hotmail.com | https://uff.academia.edu/MirellaFurtado

Renato T. de Saboya. Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ/UFSC). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC, mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorado em Engenharia Civil pela UFSC. Desenvolve pesquisas relacionadas à morfologia do ambiente construído, configuração urbana, e arquitetura da rua e dos espaços públicos, com ênfase em aspectos como diversidade, vitalidade urbana e segregação socioespacial. Líder do Grupo de Pesquisa "Urbanidades: Forma Urbana e Processos Socioespaciais", coordenador do PósARQ no biênio 2016-2017, e criador e editor do Blog Urbanidades: **www.urbanidades.arq.br | http://urbanidades.sites.ufsc.br**

Rita Montezuma. Bióloga, mestrado em ecologia e doutorado em geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Profa. Adjunta do Departamento de Geografia da UFF, líder do grupo de pesquisa CNPq Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Paisagens/NIPP; atuação em ensino e pesquisa na graduação e pos-graduação nas áreas de ecologia de ecossistemas, ecologia e biogeografia urbana, geoecologia. Colaboradora no curso de mestrado profissional em Arquitetura Paisagística do PROURB/UFRJ. **ritamontezuma@gmail.com**

Rafaella Cavalcanti. Graduada em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Pernambuco e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco com período sanduíche na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Mestre pelo Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE). Durante a graduação e pós-graduação realizou estudos sobre padrões espaciais de crimes urbanos, sob a orientação da Profa. Dra. Circe Monteiro. Lecionou no IFPE/ EaD (Ensino a Distância), na AESO – Faculdades Integradas Barros Melo e na UFPE. É pesquisadora do Laboratório de Tecnologias de Investigação da Cidade LATTICE/UFPE e do Instituto de Pesquisa e Inovação para as Cidades (INCITI/UFPE), realizando estudos na temática do planejamento urbano sustentável. **sc.rafaella@gmail.com**

Roberto Bousquet Paschoalino. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, tem especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Atua em sociologia urbana e é analista de políticas sociais na Secretaria Nacional de Habitação (MCidades).
roberto.com.br@gmail.com

Samuel Thomas Jaenisch. Graduado em Ciências Sociais (2008) e mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Atualmente é doutorando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é pesquisador junto ao Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura e desenvolve uma tese sobre as políticas de revitalização de áreas centrais no Brasil contemporâneo. Tem experiência em pesquisa qualitativa e quantitativa, já tendo atuado como consultor na elaboração de planos de habitação de interesse social e censos habitacionais e como pesquisador associado ao INCT Observatório das Metrópoles.
samueljaenisch@hotmail.com

Saulo Matuschka Macedo. Graduação em Design pela ESDI (UERJ), incluindo intercâmbio no Instituto de Arte Visuais, Design e Marketing – IADE (Lisboa, Portugal). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFF. Pesquisador do projeto de análise de desempenho de Complexos do Programa MCMV. Estuda em sua pesquisa as relações entre Design, Sociedade e Espaço, focando nas maneiras como os objetos de Design atuam sobre os usos do espaço, principalmente através da tecnologia. Trabalha também nas áreas de design gráfico, editorial e de exposições.
saulo.macedo@hotmail.com | www.uff.academiaedu/saulomacedo

Thereza Carvalho. Doutora em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University (antiga Escola Politécnica da Universidade de Oxford). Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula (USU) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). É Professora Associada da Universidade Federal Fluminense onde leciona e orienta temas ligados a teoria do urbanismo e planejamento urbano, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PPGAU/UFF) e Urbanismo na Escola de Arquitetura e Urbanimo (EAU/UFF). Desenvolve produtos técnicos em urbanismo e planejamento urbano e regional, coordenando equipes tanto na elaboração quanto na avaliação de planos de ordenamento territorial e de valorização ambiental.
thereza.urbanismouff@gmail.com

Tiago Holzmann da Silva. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com Mestrado em Desarrollo Informatizado de Proyectos Arquitectónicos pela Universidade Politecnica da Catalunha. Presidente IAB RS (2012/13 e 2014/16). Vice Presidente Extraordinário IAB nacional. Conselheiro suplente do CAU RS (2012/2014). Tem experiência acadêmica com ênfase em Planejamento, Urbanismo e Projeto Urbano, tendo sido professor do Centro Universitário Ritter dos Reis (1999/2009) e da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (1998/2000). É sócio fundador da 3C Arquitetura e Urbanismo, depois de ter atuado quatro anos em escritórios de urbanismo em Barcelona, Espanha, com ênfase em Planejamento, Projeto Urbano, Arquitetura Institucional e Habitação Social.
www.3c.arq.br | tiagohs@3c.arq.br

Vinicius M. Netto. Doutor em Advanced Architectural Studies (University College London, UCL), é Professor Adjunto da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Estuda a cidade em três níveis: (i) cidades como sistemas de encontro; (ii) cidades como sistemas de comunicação; (iii) cidades como sistemas de interação material: os efeitos da interação sobre a forma urbana, e os efeitos da forma sobre a interação. Autor dos livros The Social Fabric of Cities, lançado pela editora Routledge (2017) e Cidade & Sociedade (2014), e é organizador de Urbanidades (2012). É autor do documentário "Arquitetura e o Ballet da Rua" (2015) e de mais de 60 artigos e capítulos publicados no Brasil e exterior.
vmnetto@id.uff.br | http://socialfabric.city

Estamos presenciando, mudos, uma transformação silenciosa do espaço de nossas cidades e de sua interferência na vida cotidiana. A arquitetura comum, aquela que constitui o tecido de nossas ruas, bairros e cidades, transforma-se a partir da introversão de espaços, padronizações estereotipadas e irracionalidades ligadas ao medo e à rejeição do outro.

Na maioria das abordagens, a arquitetura é considerada a *consequência* de decisões e de práticas: a arquitetura *é* o *efeito*. Este livro inverte a ideia. Mostra que a arquitetura *produz efeitos*, e que eles vão muito além dos estéticos e funcionais. Ela diz respeito ao que acontece também *fora* da arquitetura – na "vida entre edifícios".

Os capítulos deste livro trazem relatos de pesquisas de ponta e ensaios teóricos que cobrem um vasto leque dos efeitos da arquitetura e da urbanização: efeitos sobre as dinâmicas sociais, a política do cotidiano, a segurança pública, o meio ambiente, a esfera político-normativa, a segregação e os modos de morar. Reunindo pesquisadores e profissionais envolvidos na produção da cidade, o livro explora os efeitos multi-dimensionais da arquitetura.